

## **ASSENTADOS E COLONOS NO ENTRE RIBEIROS: territórios e lugares no espaço do agronegócio em Paracatu-MG**

Pedro Machado de Oliveira<sup>1</sup>  
Ricardo da Silva Costa<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo do texto é analisar as tensões enfrentadas pelos Assentados do PA Santa Rosa na busca de autonomia após a conquista da terra. O assentamento localiza-se no lugar denominado Entre Ribeiros, em Paracatu, noroeste de Minas Gerais. No Entre Ribeiros, onde há o predomínio do agronegócio de grãos e da cana-de-açúcar, os assentados estabelecem como objetivo a defesa do território na medida que o transforma em lugar de vida. A posse do lote é uma condição que lhes anima, permitindo reunir condições de trabalhar na terra. Neste processo estabelecem estratégias que possibilitem promover o seu território na medida em que plantam, colhem e comercializam produtos, tendo como referência um modo de vida camponês. Sendo o Entre Ribeiros uma porção do espaço onde foi possível o encontro de diferentes sujeitos, há ali processos de construção de lugares e territórios, visto que assentados e colonos, vindos de outros lugares, buscam existir enquanto sujeitos tensionados pelos enredos capitalistas.

**Palavras-chave:** Assentados, Lugares, Territórios.

### **Introdução**

O objetivo é analisar as tensões vividas pelos Assentados do PA Santa Rosa na busca de autonomia após a conquista do lote. Na medida em que promovem as possibilidades de se manterem na terra, a geração de renda e trabalho para a família parece constituir-se como conquistas.

No lugar denominado Entre Ribeiros, no município de Paracatu, Noroeste de Minas Gerais, onde há o predomínio do agronegócio de grãos e da cana-de-açúcar, os assentados do Santa Rosa estabelecem como objetivo a criação e a defesa do território. Nesse processo estabelecem estratégias que possibilitem criar, plantar, colher e vender seus excedentes e assim promoverem o território tendo como referência um modo de vida camponês.

Ao analisarmos o projeto de vida dos assentados, observamos que ali principia a elaboração de uma economia familiar, cuja autonomia possível decorre da condição de detentores de lotes no assentamento. Ter a posse do lote lhes anima, permitindo reunir

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/ UFU - quilombodosbages@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia/ UFU - ricar\_dim@yahoo.com.br

condições de trabalhar na terra. Trata-se de condições socioterritoriais importantes para romperem com a dependência imposta pela necessidade do trabalho externo. Na relação com a terra, os assentados da Reforma Agrária no Santa Rosa vão racionalizando o uso do seu tempo e estabelecendo um modo próprio de ser no lugar.

O trabalho está sendo desenvolvido como parte de uma tese de doutorado em andamento envolvendo os Assentados da Reforma Agrária no assentamento Santa Rosa e os Colonos do Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros. Os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa representam o embate, em nível local, entre o trabalho, nos lotes e o capital, nos domínios do agronegócio.

Neste estudo a revisão bibliográfica inclui o debate teórico sobre lugar(es) e território(s). Da mesma forma, fez-se necessária a leitura sobre a questão agrária para compreendermos o processo de consolidação do assentamento. As idas ao campo, envolvem observações participantes, associadas à descrição dos lugares de vida. Nas reuniões comunitárias, além dos diálogos promovidos com os sujeitos envolvidos, discutimos a condição socioterritorial dos assentados no lugar Santa Rosa.

### **Construindo lugares e territórios no Entre Ribeiros**

Em comum entre os dois sujeitos estudados – Assentados e Colonos – e, conseqüentemente, os territórios e lugares construídos por ambos a partir do espaço dado, é o fato de que as duas áreas foram objeto da ação estatal transformando espaços destinados à pecuária extensiva em lugares e territórios constituídos a partir das demandas da sociedade moderna.

A ação política do Estado, em diferentes momentos, atendendo a diferentes interesses gerou possibilidades para o surgimento de propriedades camponesas e capitalistas. Trata-se de territórios distintos em seus conteúdos e objetivos, que estabelecem relações sociais diferentes, sob lógicas também diferenciadas e que promovem modelos divergentes de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p. 280).

Dentro da opção política do governo militar de privilegiar a colonização em detrimento da reforma agrária, foi implantado no lugar o Projeto de Colonização Paracatu Entre Ribeiros no ano de 1983, tendo continuidade com os projetos II, III e IV, implantados entre os anos de 1985 e 1992. Os 87 lotes dos colonos têm tamanhos que variam entre 185 e 400 hectares

ocupam cerca de 30.000 hectares de terras. Estes projetos de colonização se efetivaram a partir do Prodecer – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados.

Os fartos recursos de crédito, disponibilizados aos colonos permitiram que as extensas áreas de campos e cerrados planos que antes serviam à pecuária extensiva cedessem lugar ao cultivo de grãos. No empreendimento do agronegócio a produção é realizada, em grande medida, a partir dos cultivos irrigados. Canais artificiais que superam 30 quilômetros de extensão formam a malha hídrica que dá vida à imensidão dos cultivos de soja, milho e feijão nas terras do Entre Ribeiros.

Diante dos elevados índices de produtividade, obtidos com a combinação de condições oferecidas (solos planos) e condições criadas (irrigação), novos usos são dados às terras, e assim novos sujeitos e instituições surgem no Entre Ribeiros: a cana-de-açúcar, a usina, o rentista e o fornecedor são os mais novos elementos presentes nas paisagens rurais do lugar. Desde 2007 e de forma crescente, a cana vem absorvendo espaços significativos. Os plantadores de cana, fornecedores da matéria prima para a BEVAP – Bioenergia do Vale do Paracatu SA – afirmam que em torno de 50% (cinquenta por cento) dos 30.000 (trinta mil) hectares já foram destinados para o cultivo da mesma.

Contudo, na área de estudo, o território não é apenas fruto de uma derivação da apropriação do espaço pelo capital, possibilitado pela ação do Estado. O território também é construído tendo como premissa a organização dos trabalhadores na luta pela terra. Dessa forma, o assentamento foi inserido naquele espaço entre 1999 e 2000, na antiga fazenda Santa Rosa. São 65 lotes de 36,7 hectares cada. Vê-se, nos espaços do Entre Ribeiros, a constituição de distintos territórios ao longo do último quartel do século XX e as duas primeiras décadas do novo milênio. O espaço apropriado pela pecuária extensiva assentada na grande propriedade latifundiária dissipou-se, e em seu lugar surgem os territórios capitalistas, onde há o predomínio dos grãos e da cana. Na mesma localidade, estão os territórios camponeses dos assentados, onde em outras bases e em pequena escala, a pecuária continua a ser praticada. Há ali distintos territórios que permitem reproduzir capital, mas também modos de vida.

Souza, (1995, p. 87) trata de um atributo inerente ao território: a sua capacidade de se formar e de se dissolver, de se constituir e de dissipar no tempo e no espaço. Em seu estudo, a transitoriedade dos territórios - o constituir-se e o dissipar-se – não se dá na escala temporal de séculos, mas de dias ou momentos. O que ocorre é que a formação de tais territórios nos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, apropriados por distintos grupos sociais, não está atrelada

ao domínio; dá-se mais em função do uso do que pela posse, assim formam-se e dissipam-se de forma relativamente rápida, periódica.

No caso do Entre RIBEIROS em que o processo de constituição dos territórios está atrelado ao domínio, à posse e ao uso faz com que estes atributos ocorram de maneira menos intensa, ou com maior estabilidade na escala temporal, e obviamente de acordo com os interesses e objetivos dos capitalistas que buscam a reprodução ampliada do capital no processo que explora os bens naturais, principalmente terra e água. Além destes bens, encontra-se suscetível de exploração pelo agronegócio, o trabalho do camponês assentado.

Embora estejam em uma mesma localidade, são territórios distintos. A lógica camponesa é distinta da lógica do capital, mas a ele subordinado. Aqui e acolá o capital se reproduz extraíndo a renda da terra, quer seja das propriedades dos colonos, quer seja das propriedades camponesas, através dos processos de territorialização do capital e da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2006, p.34).

A territorialização do capital, no Entre RIBEIROS, vai se dar de forma indireta, pois as propriedades onde se cultiva cana é dos colonos, isto é, a usina não se tornou proprietária na área dos colonos. No entanto, é um processo geral que varre do campo os trabalhadores, expulsando e expropriando camponeses e trabalhadores rurais, conforme indica o autor, processo em que homens são substituídos por máquinas, alimentos são substituídos por *commodities*, ao mesmo tempo em que o trabalho na terra se transforma em “negócio com a terra”.

Embora consideremos a validade deste processo geral descrito por Oliveira (2006), no caso específico do Entre RIBEIROS, destacamos o papel da atividade dominante antes da modernização. Enquanto nos dias atuais a monocultura torna o campo vazio de gentes; em tempos anteriores aos anos de 1980 quem desempenhava este papel era a criação extensiva de gado bovino. Fazendeiros desempenhavam, a seu modo, este papel, obtendo renda e poder mantendo ali uns “pés de bois” nas paisagens homogêneas dos campos e cerrados naquele território. Esse domínio dos donos de terra já tinha comprometido e por vezes eliminado a agricultura camponesa, rica em pessoas, atividades e diversidade de produção.

Para Fernandes (2008, p.285), pelo fato de o agronegócio organizar seu território para a produção de mercadorias e não para produzir sua existência no sentido de desenvolver todas as dimensões da vida, sua paisagem é homogênea, diversa, portanto, da paisagem do território camponês que é heterogênea. Para o autor, a composição uniforme e geométrica da monocultura

se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, por que sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. Na paisagem vazia de gentes, a mercadoria é a expressão do território dominado pelo agronegócio. Neste contexto concordamos com Teubal (2008) ao analisar o domínio da monocultura da soja no campo argentino, quando afirma que

O campo se transforma cada vez mais em um produtor de commodities; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares básicos”, pois ali se desenvolve e se fortalece uma agricultura sem agricultores. (TEUBAL, 2008, p.146).

Em termos sociais, no nosso entender, a modernização provocou grandes transformações sem produzir mudanças, uma vez que a exclusão do camponês continua ocorrendo no lugar. Este, uma vez preterido pelo boi na pecuária extensiva da grande propriedade fundiária, dominante no lugar até o início da década de 1980, continua a ser atualmente, agora, porém, pelas máquinas e pela produção de *commodities*, ou de agrocombustíveis, como a cana (FABRINI, 2010, p. 72).

Referindo-se ao mais novo elemento da paisagem do Entre RIBEIROS – a cana – duas novas relações são estabelecidas como forma de acesso à matéria-prima e, conseqüentemente, acesso aos recursos necessários à sua produção (terra e água) pela usina Bevap nas terras irrigadas dos colonos. Em uma delas o colono arrenda suas terras para a usina, na outra o próprio colono assume a condição de fornecedor da cana para a usina. Aparecem aí dois novos sujeitos na figura do colono: o colono rentista e o colono fornecedor de matéria prima.

Como apontamos, o lugar é apropriado por sujeitos distintos – assentados e colonos, camponeses (ou trabalhadores) e capitalistas – assim, distintos também são os territórios. Se no espaço do agronegócio os territórios podem ser compreendidos através de sua abordagem econômica, (não desprezando a dimensão política) que vê o território como fonte de recursos para a reprodução do capital; no espaço do Assentamento privilegiaremos a dimensão política, no sentido da luta pela terra, conquista, apropriação material, domínio; bem como a dimensão cultural, no sentido de identificação coletiva de um grupo social, de pertencimento a um território.

Queremos, no entanto, situar estes sujeitos sociais assentados como camponeses, embora seja necessário considerar a validade do termo diante da diversidade dos sujeitos, das distintas origens sociais: peões de fazenda de gado de leite na função de vaqueiro, filhos de

camponeses desterritorializados, assalariado no campo como operador de máquinas agrícolas e funcionário público na função de motorista.

Kinn (2010) em seu trabalho nos dá notável contribuição no sentido de que

Não se entende aqui o camponês dissociado das categorias tempo e espaço, essenciais para analisar o sujeito social, naquilo que lhe é mais tradicionalmente atribuído, o seu espaço vivido. Desse modo, considera-se a identidade do sujeito, que para Hall (2005), não é mais unificada, definível e estável, mas encontra-se em processo de fragmentação e, por isso, pode estar sendo composta por várias outras identidades, geralmente conflitantes e não resolvidas, no entanto, é necessário admitir que, mesmo assim, o sujeito social existe, sob essas condições. (KINN, 2010, p. 19)

Na área de estudo, a compreensão da relação dos assentados com o lote e dos distintos resultados obtidos com o trabalho na terra, certamente esteja na diversidade de identidades dos sujeitos. O conhecimento de mundo que cada um carrega, tornou-se elemento decisivo no desafio de permanecer no lote. Observamos que a permanência no lote só foi possível àqueles que eram portadores de um conhecimento prático e que a partir do trabalho na terra vem lhes proporcionando renda.

Contudo, há um ‘algo a mais’ no trabalho dos assentados. Envolve uma interpretação precisa dos fenômenos cotidianos no lote, que se traduz na habilidade de resolver as distintas situações na lida cotidiana. Em uma das ocasiões, em atividade de campo, questionamos a razão pela qual determinado bezerro estava sendo medicado. A resposta era que estava doente. Na lida cotidiana, na habilidade desenvolvida em reconhecer os mínimos sinais de moléstia, já havia observado algo anormal nas fezes além da pouca disposição ao amamentar. Para o olhar de quem pouco ou nada conhece do ofício, aquele bezerro estava saudável; e, certamente sem cuidados, seria uma perda, uma cabeça a menos no rebanho.

Permanecer no lote demanda conhecimento. Perceber os problemas, buscar soluções, possibilita a constituição da renda familiar. No caso do bezerro, renda futura. Como afirma Shanin (2008)

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação. Também não é algo que se aprende na universidade. Só se aprende com os seus pais. Se for um menino aprende com seu pai. Se for menina aprende com sua mãe. ... ele acorda com seus pais todos os dias e vai fazendo e aprendendo. (SHANIN, 2008, p. 41)

Utilizando conhecimentos há muito adquiridos e dispondo da habilidade de desempenhar as mais distintas tarefas diárias, esse camponês vai defendendo e produzindo o seu território. O território aqui pensado, passa a ser visto na perspectiva de uma construção social, pois enquanto território construído tem na ação daqueles sujeitos tanto o “meio” quanto o “fim”; em outras palavras, o território é processo e produto ao mesmo tempo. Agindo em coletividade os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas como indica Raffestin (1980, p. 158)

Denardin e Sulzbach (2010) trabalham com os termos “território dado” e “território construído”. Defendem que o território dado é um território sem valor acrescentado, com fatores de constrangimento ou limitação. O território é tido como preexistente. É, portanto, uma porção do espaço que é objeto de observação. Assimilando a contribuição dos autores, diríamos que o território dado corresponde ao território do latifúndio que se converteu em assentamento.

O território construído, por outro lado, é produto de um processo de melhorias, fruto do jogo de atores e constatado a posteriori; é o resultado de um processo de construção social pelos atores. O território construído é um espaço-território que se forma a partir do encontro de atores sociais em um espaço geográfico dado; é um espaço de relações sociais, no qual existe um sentimento de pertencimento por parte dos assentados com respeito à identidade construída e associada ao espaço de ação coletiva; local em que se criam laços de solidariedade entre os atores (FLORES, 2008, apud DENARDIN e SULZBACH, 2010, p 220).

Saquet (2007, p. 51), entende como um salto de qualidade a contribuição de Dematteis (1963) pois, ao extrapolar a dimensão política, o território passa a ser “compreendido como produto social, lugar de vida e de relações. Evidencia as relações sociais entre os homens como condicionante de suas formas e organização interna”. Enfim, é necessário considerar a substância humana no território, permitir pensar no território como uma formação social relacional que não envolvem apenas questões econômicas – ou políticas – “mas gente”, da forma como faz Kinn (2010, p. 22).

Raffestin (1993) embora privilegie a dimensão política, nos lembra que

“[...] do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território”. [...] e que “em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios”. (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Para o autor, o território não poderia ser mais nada do que o produto dos atores sociais, pois são estes atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 7)

Dessa forma, podemos compreender o território como produto das ações dos indivíduos no ambiente. A natureza é um dos componentes do território, transformada pela sociedade. Assim, o território é a parte material das relações que a sociedade mantém com a natureza e a territorialidade parte imaterial como relações sociais (SAQUET, 2007, p. 65). O território que pensamos está assentado em uma base material, quer seja chamado de espaço, natureza, ambiente, meio, ou mesmo um território, pois antes do Assentamento, foi uma perda do mesmo pelo latifúndio. Base a partir da qual, o homem vai aplicar trabalho, conhecimento, relações sociais, culturais e saberes. O que foi abstrato passa a ser concreto a partir da conquista do lote, uma vitória pelo pedaço de chão, pelo alimento, pelas pertenças, pela continuidade da luta e da lida, para continuar-se existindo e agindo enquanto sujeito.

Referindo-se ao território do assentamento, Medeiros (2009) defende que

“É o território alternativo que se configura propondo uma outra forma de organização do espaço geográfico que deixa de ser abstrato, que passa do sonho a sua concretude expressa através da conquista da terra, da reconstrução da identidade e da territorialidade. São as novas relações que surgem no novo território”. (MEDEIROS, 2009, p. 219)

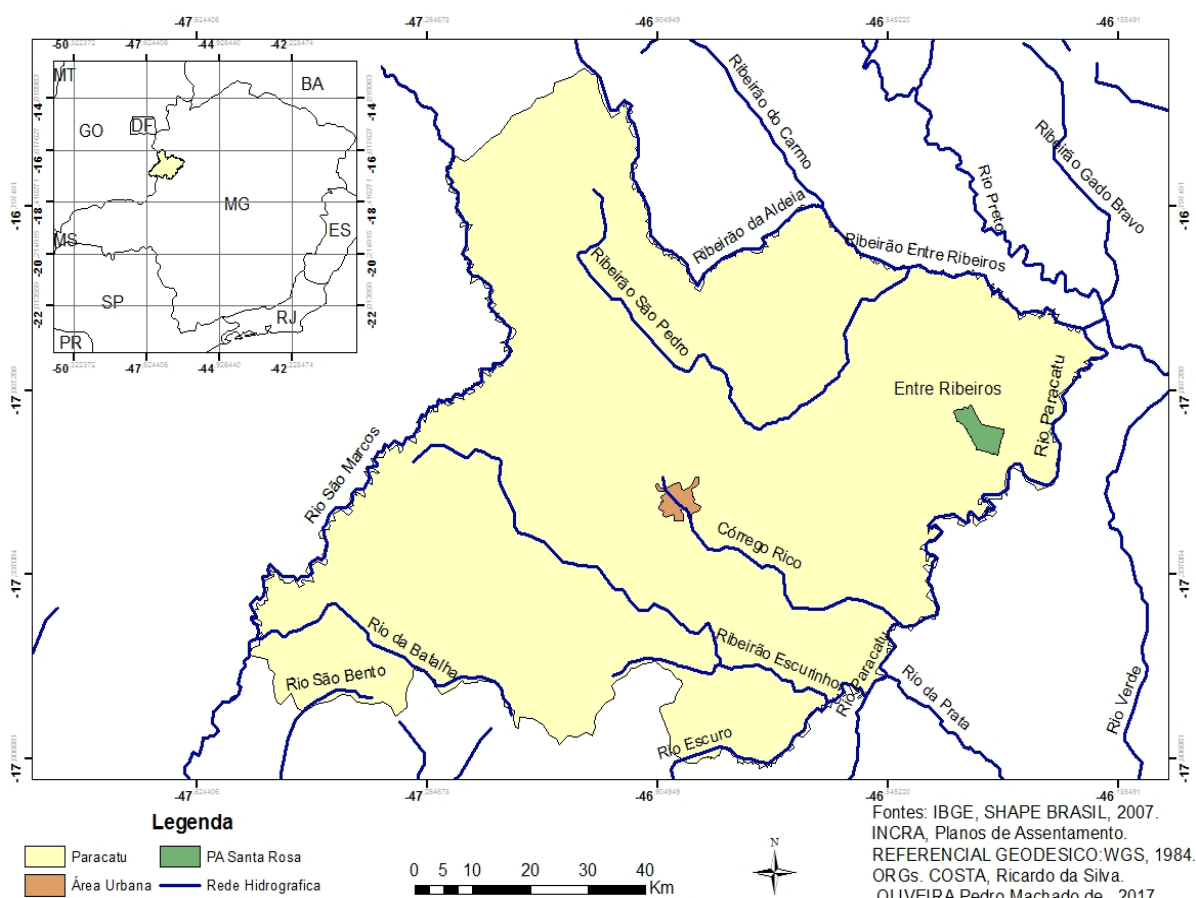
Para a autora a compreensão do território constituído pelos assentamentos se dá a partir da concepção de territorialidade e de identidade.

Esta identidade, inicialmente, é de caráter político, social e cultural, mas se redimensiona como territorialidade com a implementação do processo produtivo, da organização do espaço do assentamento com sua infraestrutura, suas novas relações sociais, econômicas e culturais. Pouco a pouco, o território dos assentamentos vai produzindo os seus próprios símbolos, suas identidades; cria suas próprias significações. Os significados e as estratégias vão se multiplicar em um conjunto de ações. (MEDEIROS, 2009, p.219)

Como numa outra dimensão, o território não contempla apenas a dimensão das fronteiras, mas como algo que identifica sujeitos e ações de um mesmo espaço. Nessa relação do ser humano com o espaço do território, com o lote, ele adiciona valores humanos relacionados aos sentimentos e à identidade cultural, indica a autora.



O assentamento implantado entre 1999 e 2000, na antiga fazenda Santa Rosa, não contou com a mesma disposição política do Estado como foi para o agronegócio vizinho. Se o projeto “Entre Ribeiros” foi um projeto de governo, o assentamento não é mais nada do que o reconhecimento deste de uma demanda por terras por parte crescente da população que não mais queria continuar na condição de excluídos. A efetivação do assentamento se deu a partir das ações organizadas pelos trabalhadores rurais sem-terra vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paracatu-MG, tendo sido assentadas 65 famílias em lotes de 36,7 hectares cada.



**Mapa do município de Paracatu-MG. Destaque para o P.A. Santa Rosa próximo do ribeirão Entre Ribeiros que dá nome ao lugar.**

Embora deva ser considerada a conquista da terra, o Assentamento Santa Rosa com seus três mil hectares de terras, incluindo reservas, no conjunto do lugar “Entre Ribeiros”, visualizamos o Assentamento Santa Rosa como um território marginal, um território “satélite” frente ao empreendimento do agronegócio, no sentido de que a sua existência está em grande parte condicionada à existência daquele. Apontamos para a ideia de espaço marginal após

refletirmos, não somente a sua localização na geografia local, ao fato de ser confrontante ou vizinho do agronegócio; mas a partir de elementos como o quantitativo de terras apropriados por ambos; do acesso diferenciado ao crédito; do acesso às técnicas de produção, como a irrigação e a mecanização; dos índices de produtividade alcançados por ambos.

Não bastassem estes elementos, foram observadas relações de dependência de diversas ordens. Parte dos assentados conta com a obtenção e aproveitamento de subprodutos do agronegócio para a manutenção de suas criações, como abóboras que se transformam em alimentos para o gado bovino e a pequena criação de suínos. A palha de feijão e feno servem como volumoso, exatamente no período seco, de maio a novembro, quando os assentados não têm em seus respectivos lotes mais pastagens.

O assalariamento de parte da família também tem sido uma saída encontrada para se manterem como assentados. Os diversos membros da família combinam trabalho dentro e fora do lote, de maneira que se parte dos seus membros assumem temporariamente o trabalho no agronegócio, outros assumem, geralmente mulher e filhos, também temporariamente a produção no lote.

É nesse sentido que para alguns dos assentados no Santa Rosa o território do Assentamento pode ser visto como um “espaço satélite” do Entre Ribeiros, pois ainda não há para o conjunto dos assentados as condições de promoverem a reprodução da família exclusivamente do trabalho na terra. A vida que se desenvolve no assentamento ainda é, em grande parte, dependente do empreendimento ao lado.

Analisando a situação na qual se deu a implantação do Assentamento pudemos compreender as razões das condições destacadas acima. As 65 famílias foram ali “assentadas” sem as condições adequadas para realizarem qualquer tipo de atividade agropecuária que lhes permitissem sua reprodução. As falas dos assentados exprimem sentimentos antagônicos que denotam ao mesmo tempo angústia e superação. Ao se tornarem assentados, foram praticamente despejados, colocados ali na terra bruta, abandonados à própria sorte. Isto é, além de receberam a terra bruta – não desmatada – os lotes não foram demarcados, não havia abastecimento de água, energia, ou qualquer outra infraestrutura que lhes permitissem produzir de imediato; tão somente foi liberada uma quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) via Pronaf para cada família. Após arcarem com os custos do trabalho de agrimensura, perfuração de dois poços tubulares profundos para distribuição de água, energia elétrica para bombeamento da água dos poços e a construção de cercas nas referidas divisas, perceberam que aquele valor

tomado, já estava se esgotando. Enfim, o que ocorreu foi a aplicação do valor obtido via financiamento em atividades de infraestrutura, que não trouxeram retorno financeiro, sem que tivessem condições de tornar o seu lote produtivo. Atividades como formação de pastagens, cultivos alimentares e aquisição de rebanho foram sendo adiados na medida em que os recursos iam se esgotando.

A partir dos diálogos com os assentados, das observações realizadas no território do Assentamento, assim como o apoio da literatura sobre a questão agrária e os assentamentos da reforma agrária, passamos a compreender os assentamentos de forma geral, e em específico o Santa Rosa, sob o prisma de uma “solução incompleta” para a questão agrária.

No lugar o poder público desapropriou e indenizou os donos de terra. A terra tratada como mercadoria foi remunerada e distribuída segundo os interesses e as necessidades dos envolvidos. Contudo, é necessário considerar que os assentados ingressaram na terra em situações de miserabilidade. Eles não tinham dinheiro para investir na terra. Assim, ter um lote da reforma agrária não representou para eles uma solução aos seus problemas.

No processo de transformação do território em lugar de vida, o componente financeiro teve peso considerável. Seguindo uma trajetória inversa daquela imaginada em seus sonhos e anseios, de conquista, permanência, trabalho e vida na terra, para muitos daqueles assentados a história se desenrolou de maneira frustrante. Depois da terra, o que se viu foi o abandono. Para tantos, a longa espera para alcançar o sonhado pedaço de chão não se converteu em permanência; mas, sim em desistência.

A pesquisa em campo nos revelou um dado alarmante de desistência. Do quantitativo de sessenta e cinco famílias assentadas, apenas quinze se mantêm no lote. Um número excessivamente elevado para ser tido como aceitável, um número de 50 desistências em 65, o que equivale a uma relação de 76,9% de desistência para 23,1% na taxa de permanência. Essa situação indica também uma reforma agrária concebida para não dar certo, pois se efetiva apenas distribuindo terras, sem criar as condições das pessoas assentadas gerar dignamente seus territórios de vida

Contudo, a condição do assentado, para nós, é peculiar, pois ele deixou raízes onde não tem terras e tem terra onde não tem raízes. No assentamento, onde ele agora se propõe desenvolver um projeto de vida, tudo é novo. Continuar assentado significa desenvolver a habilidade em conciliar o recomeço em um novo lugar, ao mesmo tempo em que deixa para trás um mundo vivido, cheio de significados e vínculos afetivos. O fato de ser assentado implica

anterior vínculo com um lugar de vida, do qual ele foi deslocado, desterritorializado, enfim passou por um processo de desenraizamento. Para Cavalcanti (2002, apud MEDEIROS, 2009, p. 224), o desenraizamento configura-se como o desencontro do ser naquilo que lhe é dado tradicionalmente como substancial para pertencer a um grupo social. Desencontro que virá a ser confrontado com a possibilidade e a necessidade do ser humano de um novo enraizamento. Um processo de des-re-construção do seu “eu” na medida em que constrói nova relação com o novo lugar de vida.

Ao partir, esse agricultor sem-terra saiu de um universo que recebeu como herança ao nascer e que agora vai se confrontar com o que lhe é dado neste momento. O que ocorre aqui, é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessa a fronteira do desconhecido. [...] O viver em grupo lhes permitirá um enraizamento não tão doloroso quanto foi o desenraizamento e, portanto, a construção da sua identidade com o novo território. (MEDEIROS, 2009, pp 224-225)

O enraizamento, considerado como uma das mais difíceis necessidades do ser humano a ser definida, é ao mesmo tempo a mais importante e a mais desconhecida. Para Weil, “cada ‘indivíduo’ tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p. 137)

Nesse processo de desenraizamento e busca de novo enraizamento, estes agricultores assentados, na condição de migrantes, veem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, de louvar a Deus (BOSI, 1983, apud MEDEIROS, 2009, p 224).

Vindos de lugares distintos, e cada um carregando uma história pessoal, distintas práticas sociais e culturais, para estes sujeitos

“O grande desafio, portanto, é a construção de uma nova territorialidade nos assentamentos de Reforma Agrária para estes camponeses que, enraizados na sua cultura, estão abertos a inovações para realizarem seu sonho. Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses camponeses um grande esforço. Entre erros e acertos vão construindo uma nova territorialidade. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lugares, mas há os que ficam, que resistem e que começam a re-construir um território onde as marcas de sua história serão fixadas como marcos de sua identidade”. (Medeiros, 2009, p. 224).

Assim, na medida em que vai forjando o seu novo enraizamento, o que foi constituído enquanto “território” pela luta e conquista do lote, tende a tornar-se “lugar” pela experiência, pelo desenrolar da vida, pelo produzir, pelo habitar, pelo estabelecimento de relações com o meio e com os outros sujeitos. O espaço coletivo do território conquistado, transforma-se em lugar particular da experiência, mundo vivido, das relações sociais. Eis o desafio do Assentado no Santa Rosa, transformar território de luta e conquista em lugar de vida, sair o “nós” e entrar o “eu”.

Tuan (1975, apud LEITE, 1998 p. 10), afirma que há uma estreita relação entre experiência e tempo, indicando que o “senso de lugar” raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. Contudo, devemos entender que “se leva tempo conhecer um lugar, a própria passagem do tempo não garante um senso de lugar. Isto é, se a experiência leva tempo, a própria passagem do tempo não garante a experiência”. No entendimento do autor, é possível a um indivíduo apaixonar-se à primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (TUAN, 1983 apud, LEITE, 1998, p.10), porém, também é possível a uma pessoa ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento, sem o estabelecimento de vínculos afetivos com o lugar.

Nas palavras de Relph (1979, apud LEITE 1998, p.10) o lugar, enquanto produto da experiência humana, “significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, refere-se à necessidade de raízes e segurança”. Para Tuan, 1975, citado por Leite (1998, p.11) “trata-se na realidade de referenciais afetivos os quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar”.

Se estamos, como indica Buttimer (1985, apud LEITE, p. 12), rodeados por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”, a experiência e o valor do lugar também se manifestaria em diferentes escalas. É o que faz com que valorizemos o lugar vivido, e não o outro. Tuan (1980, p. 39) nos chama a atenção para a ideia de valorização de lugar, ou de amor ao lugar, no sentido topofílico da palavra, segundo perspectivas dos povos Aivilik, do sudanês e do texano.

No caso dos Aivilik<sup>3</sup>, cita que antes de conhecerem a verdadeira forma da ilha Southampton, através de fotografias aéreas, foi solicitado a alguns homens que desenhassem a forma da sua ilha natal. Os esboços que eles desenharam mostraram ser notavelmente precisos, mesmo nos detalhes das reentrâncias. Uma distorção notável é o tamanho da península Bell em relação ao resto da ilha; ela está visivelmente exagerada. Isto não é surpreendente, aponta o autor, por que a maioria das pessoas vive naquela península (TUAN, 1980, p.39)

Destaca o autor que é bem conhecida a tendência para exagerar o tamanho do território natal em detrimento dos territórios vizinhos. Cita como exemplo, a perspectiva dos Estados Unidos de um texano. Provavelmente mostrará um Texas enorme, cercado por estados menores, que se tornam cada vez menores à medida que se distancia da estrela solitária – estrela da bandeira texana.

Em relação ao povo Nuer<sup>4</sup>, afirma,

Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém – com todo o significado afetivo da palavra. O Sudão é monótono e miserável para o estrangeiro, mas, Evans-Printchard afirma que é difícil poder persuadir o Nuer que aí vive de que existem outros lugares melhores. (TUAN, 1980, pp. 130-131)

Se para Tuan, a relação experiência e tempo é elemento fundante na construção de um lugar; no caso em estudo, no Assentamento Santa Rosa, a experiência foi abortada pelo tempo, dado o curto período de permanência para tantos assentados. Os que não suportaram as privações, deixaram o lugar. Os que ficam, lutam e labutam e parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de levar a vida (TUAN, 1980, p. 112). Os diálogos com aqueles que permanecem no Assentamento, que, suportando as muitas privações e superando obstáculos para se manterem no lugar, nos levaram a acreditar que prevaleceu mais essa “habilidade de levar a vida”, do que as “condições dadas” na implantação do Assentamento.

Sobre essa habilidade do camponês em vencer obstáculos e continuar levando a vida, manifesta-se Shanin (2008). O autor salienta que em situações de crise, os camponeses não ficam esperando que alguém traga a solução e que a cada situação de crise uma resposta diferente é encontrada.

<sup>3</sup> Povo que habita a Ilha Southampton, Nunavut, Canadá.

<sup>4</sup> Povo que habita o vale do rio Nilo, com população estimada em meio milhão de pessoas. No ano de 2011, houve a divisão do país, sendo o Sudão ao Norte e Sudão do Sul na sua porção meridional. São um dos dois povos mais numerosos do país.

As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista de descrever isto. (SHANIN, 2008, p. 25)

Mas mesmo assim, muitos decidiram permanecer naquele território enfrentando o desafio de promover o sustento da família em condições adversas nas quais se defrontaram. A possibilidade da permanência dependia da capacidade de enfrentar as dificuldades. Os caminhos trilhados após o assentamento foram distintos. Para grande parte dos assentados a solução mais apropriada no início era o assalariamento no agronegócio vizinho, além de casos em que um dos membros adultos da família, mantinha seu emprego na cidade até que fossem criadas as condições de se reproduzirem do trabalho no lote.

Assim, há no assentamento aqueles que obtêm renda a partir da produção de frutas, aqueles que produzem leite, outros que combinam a produção leiteira com serviços de trator a terceiros, há a combinação da pequena produção leiteira ou de frutas com o trabalho temporário no agronegócio, enquanto outros continuam assalariados desde que os demais membros da família trabalhem no lote, conforme já havíamos apontado. Há aqueles que se valem dos subprodutos do Entre Ribeiros (feno, palha de feijão, abóboras) para dar uma “emenda” no sustento do rebanho na época de seca. Enfim, encontrando saídas a cada situação de crise, ou em outros termos, se as condições nas quais se encontram pouco lhes favorecem, buscam um jeito e quando não tem jeito “*o jeito é a gente dar um jeito*” (KINN, 2010, p. 104). Desse modo, apesar do expressivo contingente de desistentes, os camponeses assentados do Santa Rosa que permanecem, defendem o seu território e constroem o seu lugar de vida.

## Considerações

Sendo o Entre Ribeiros uma porção do espaço onde foi possível o encontro de diferentes sujeitos, há ali processos de construção de lugares e territórios, visto que assentados e colonos, vindos de outros lugares, buscam existir enquanto sujeitos tensionados pelos enredos capitalistas.

Encontram-se em territórios que receberam investimentos de capital, que tornaram-se, em parte, “territórios sem sujeitos, vazios de relações” como aponta Almeida (2001, *apud* FABRINI, 2003, p. 231), apoiados no princípio material de apropriação do território, na sua dimensão econômica, conforme Costa (2007, p.53); em parte, territórios criados com base em

sua dimensão política como aponta Fabrini (2003, p.10), uma vez que os assentamentos se constituem no espaço de realização de ações coletivas e comunitárias em que os camponeses constroem o território. Território esse que assume outra dimensão na medida em que o homem adiciona seus valores e identidade cultural, adiciona o sentimento de pertencimento ao território.

Vimos que no assentamento, neste espaço tornado território que o camponês constrói o seu lugar de vida, o território na abordagem política antecede o território cultural, assim como antecede o lugar como categoria geográfica de espaço onde se processa a vida, o mundo vivido, a experiência afetiva com o meio, mesmo que ainda em processo, ainda em construção. Assim, o que é território, definido a partir da luta enquanto grupo, da posse e do domínio; através da vivência particular em um espaço chamado “seu”, pela experiência no dia-a-dia, pela possibilidade de se produzir a vida, torna-se lugar.

## **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo apoio financeiro ao grupo de pesquisa do Laboratório de Geografia Cultural (LAGECULT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia-MG, garantindo nossa participação no VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária, em Curitiba PR entre os dias 01 e 05 de novembro de 2017.

Agradecemos ao Professor Doutor Rosselvelt José Santos, Orientador, pela leitura atenta e pelas contribuições teóricas na elaboração do texto.

## **Referências Bibliográficas**

DENARDIN, V. F; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: Editora da Unioeste, 2003.



\_\_\_\_\_. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A; SANTOS, R. A. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KINN, M. G. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas**: os usos do espaço no entorno dos lagos das Hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

LEITE, A. F. **O Lugar**: Duas Acepções Geográficas. Anuário do Instituto de Geociências, UFRJ, Volume 21 / 1998.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A; SPÓSITO, E. S. (org.) **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

OLIVEIRA, A. U. de. Campesinato e agronegócio: uso da terra, movimentos sociais e transformações no campo. In.: FEITOSA, A. M. A; ZUBA, J. A. G; CLEPS JÚNIOR, J. **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T., FABRINI, J. E. (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

WEIL, S. **O enraizamento**. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 2001.